

Resenha de livros

Esta seção destina-se à apresentação de resenhas de livros de interesse para a bioética

Ética de la investigación en seres humanos y políticas de salud pública

KEYEUX, G; PENCHASZADEH, V; SAADA, A (coords.).

Bogotá: Universidad Nacional de Colombia / Redbioética Unesco, 2006.

ISBN 958-701-745-5.

Em maio de 2003, após reuniões preliminares realizadas em Cuba e no Brasil, foi criada em Cancun, México, a Red Latino-Americana y del Caribe de Bioética da Unesco - Redbioética. A Rede tem como objetivo, entre outros, o desenvolvimento de tarefas educativas, consultivas e normativas que tenham em comum o marco teórico da *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* (1). Um dos objetos que tem merecido especial atenção da Rede é a questão das pesquisas com seres humanos e, principalmente, o caso dos ensaios clínicos multicêntricos patrocinados por grandes corporações farmacêuticas internacionais.

Antes de entrar na resenha do livro propriamente dita, deve ser destacado um recente fenômeno que atinge o campo da ética em pesquisa na América Latina e que diz respeito ao chamado "imperialismo moral indireto". Esse tipo de imperialismo - expressão que retorna à bibliografia contemporânea com grande vigor e atualidade - refere-se aos treinamentos financiados por organismos e países defensores dos interesses do mercado nas pesquisas em seres humanos, que se sobrepujam os direitos individuais dos voluntários das mesmas, geralmente pessoas socialmente vulneráveis (2). Coincidentemente essa temática ressurgiu no contexto bioético internacional a partir do final de 2004, momento em que os Estados Unidos da América do Norte (EUA) decidiram abandonar a *Declaração de Helsinque* como referencial para as pesquisas envolvendo seres humanos.

É interessante registrar, ainda, a expressiva quantidade de livros sobre o assunto e direcionados aos países periféricos, que vêm sur-

gindo na América Latina desde então, geralmente patrocinados - de forma velada ou não - pelos interesses de pessoas e instituições que passaram a tomar - de forma sub-reptícia ou não - os referenciais estadunidenses como universais. Os treinamentos, que incluem extenso material bibliográfico voltado à defesa disfarçada do *double standard* de tratamento, são oferecidos pelos países patrocinadores de pesquisas e direcionados para pesquisadores de países periféricos. Convites para cursos e viagens, além da distribuição gratuita de equipamento eletrônico e facilidades para publicação, têm sido oferecidos nestes últimos anos em diversos países da América Latina, especialmente Argentina e Chile. Esse tipo de formação mereceu de Tealdi (Argentina) a denominação "amestramento" no capítulo de abertura dessa obra, pela possibilidade das idéias estrangeiras passarem a ser defendidas cegamente por profissionais dos países periféricos nos seus próprios comitês de ética e mesmo em organismos governamentais decisórios no campo da pesquisa clínica. Neste sentido, a produção científica da Redbioética/Unesco, que inclui o livro, ora em análise, tem se constituído em forte referencial de defesa das idéias próprias dos estudiosos dos países periféricos. Embora utilize os mesmos "meios" para a formação de seus avaliadores, a Redbioética apresenta um ideal diferente como "fim": suas ações estão sempre voltadas para a afirmação da integralidade dos direitos fundamentais universais.

O livro *Ética de la investigación en seres humanos y políticas de salud pública* reflete tudo isso, como resultado de Simpósio Internacional promovido pela Redbioética na Universidade Nacional da Colômbia, em Bogotá, em 2005, onde dez ensaístas refletiram uma perspectiva bioética contextualizada à realidade assimétrica da saúde pública latino-americana e as pesquisas nela desenvolvidas. A obra sucede o *Estatuto epistemológico de la bioética* (3), primeiro livro da série de publicações científicas da Rede, responsável por inaugurar os fundamentos teóricos para uma abordagem alternativa à tradicional concepção bioética principialista anglo-saxônica. Na primeira o foco é a construção lógica de uma arquitetura argumentativa e na presente obra os textos focalizam dados, fatos e demonstrações dos dilemas éticos típicos da região. A crítica de Cláudio Lorenzo (Brasil) no capítulo dedicado aos *Instrumentos normativos em ética na pesquisa em seres humanos na América Latina*, está focada na "supervalorização

do consentimento informado como indicador da autonomia de vulneráveis". Essa crítica se soma à de Tealdi, no capítulo que trata da *História e significado das normas éticas internacionais sobre pesquisa biomédica*, sobre os argumentos de uma eqüidade às avessas que justifica o tratamento diferenciado para sujeitos de pesquisas (*double-standard*).

Ambos autores exemplificam como as peculiaridades sociopolíticas da região inferem nas práticas e nas reflexões propostas. Se para Lorenzo a aceitação do consentimento informado como único indicador do respeito ao princípio da autonomia impede a consideração das interações sociais que afetam os sujeitos mais vulneráveis, para Tealdi a *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* deve ser o instrumento que garante a proteção do indivíduo/comunidade que se encontra vulnerável. Neste debate sobre ética em pesquisas multicêntricas, Tealdi divide o cenário atual em "duas posições irreconciliáveis": por um lado os defensores do relativismo que sustenta o duplo-padrão moral, e por outro os defensores da igualdade no tratamento entre os sujeitos de pesquisa.

Os pontos em comum apontados por Fátima Oliveira (Brasil) e Victor Penchaszadeh (Argentina) dispõem sobre as implicações do atual entendimento genético para o conceito de "raça". Declaradamente engajada, Oliveira afirma que a bioética apresenta um "defeito de origem" referente à tradição patriarcal, hipocrática, aristotélica, que observa um sujeito humano abstrato, não identificado. Desta forma, seria incapaz de entender os persistentes problemas decorrentes da opressão de gênero, raça, classe social, origem, orientação sexual e idade. É neste sentido que a autora entende a bioética em dois sentidos: como movimento social e como disciplina acadêmica. A pesquisadora ressalta a necessidade do desenvolvimento de medicamentos e tratamentos farmacogenéticos que atendam às especificidades da etnia negra, não sem alertar que é nesta mesma via que se sustentam argumentos da própria dominação racial.

O texto de Penchaszadeh soa menos otimista que o de Oliveira; concordando com o destaque de Alya Saada (Unesco/México) na apresentação do livro, ambos acreditam que serão os interesses do mercado – e não os dos pacientes – que determinarão o futuro da farmacogenética. Em relação aos atuais entendimentos sobre raça, Pen-

chaszadeh aponta os estudos do genoma humano, que evidenciaram maiores incidências de variabilidade genética "dentro" das sub-populações conhecidas por "raças" do que "entre" tais sub-populações, demonstrando que a tradicional forma de classificação racial não tem fundamento biológico.

Conquanto a bioética permeie todo o desenvolvimento tecnocientífico, Andrés Peralta (República Dominicana) não considera a contenção da ciência como algo desejável. Em seu quinhão, o autor fundamenta um sistema para capacitação de avaliadores de comitês de ética em pesquisas realizadas nas nações em desenvolvimento. No modelo, apresenta os fundamentos morais, metodológicos e axiológicos que deveriam ser empregados na formação do avaliador, bem como as normas e pautas de referências que deveriam ser utilizados nas tomadas de decisões. A proteção dos mais vulneráveis seria prioritária, identificando-os pela incapacidade de compreenderem os riscos/benefícios da pesquisa, por uma situação de pressão ou dependência do sujeito ao pesquisador, ou mesmo pela situação de pobreza que poderá forçar o indivíduo a aceitar participar de pesquisas que violem seus direitos fundamentais. Esta proposta de adaptação poderá ser observada no coro formado por todos os ensaístas, com notável entonação de Lorenzo, que elabora consistente análise do quadro latino-americano da avaliação ética em pesquisa.

O texto do sanitarista Saúl Franco (Colômbia) focaliza um posicionamento interdisciplinar entre os campos da bioética e saúde pública. A partir do histórico da ética aristotélica – disciplina filosófica que tem a prudência como "ponte entre a inteligência e o caráter" – o autor segue o desenvolvimento da bioética contemporânea, revelando como seus questionamentos associam-se aos principais problemas da saúde pública. Como exemplo, traz discussões sobre a democratização do avanço genético nos países terceiro-mundistas, HIV/Aids, exclusão social, aborto e violência.

Além de uma forte crítica às indústrias farmacêuticas, Suzana Vidal (Argentina) apresenta as experiências da Comisión Provincial de Ética de la Investigación em Salud (COPEIS), instituído na Província de Córdoba, Argentina, onde há um emblemático exemplo de como as forças do mercado atuam para facilitar seus interesses nas pesquisas clínicas, diminuindo suas responsabilidades e maximizando seus lu-

cro. Tais experiências regionais, com resultados bons ou ruins, serão encontradas nos textos de Elma Zoboli (Brasil), Olga Torres (Cuba) e Mauricio Hernández (México). Em sua parte, Zoboli apresenta para o público de fala hispânica a Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde Brasileiro, que normatiza e regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. O texto de Torres atualiza o conhecimento sobre o histórico da bioética: 1634 é o ano em que a Real Cédula de Juan II de Castilla alcunha o Real Tribunal Protomedicato, antecipando em sua breve existência as futuras questões bioéticas institucionais. Devido suas peculiaridades sociopolíticas, a experiência cubana no campo de ética em pesquisa torna o relato de Torres uma leitura enriquecedora. Por fim, Hernández descreve a também peculiar experiência mexicana para, depois, apresentar um projeto de regulação para o sistema de avaliação ética naquele país.

As diferenças entre as diversas nacionalidades, profissões e experiências dos ensaístas deste livro não descaracterizam a homogeneidade da obra. Pelo contrário: tal pluralidade evidencia como os problemas da região ligados à ética em pesquisa com seres humanos apresentam origens parecidas, desafios comuns e, segundo as propostas expostas, possíveis soluções conjuntas e independentes de pressões externas, que atentam contra a soberania dos países da região e a cidadania das pessoas envolvidas como sujeitos de pesquisas clínicas.

Referências

- 1.Unesco. Declaración Universal sobre Bioética y Derechos Humanos. Disponível em: <http://www.redbioetica-edu.com.ar/> Acesso em 23/05/2007.
- 2.Garrafa V, Lorenzo C. Moral imperialism and multi-centric clinical trials in peripheral countries. *Cadernos de Saúde Pública*. 2007. Aguardando publicação.
- 3.Garrafa V, Kottow M, Saada A., (coords). Bases conceituais da bioética – enfoque latinoamericano. São Paulo, Editora Gaia/Redbioética Unesco, 2006.

Thiago Rocha da Cunha

Cátedra Unesco de Bioética, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

thiagorochadacunha@hotmail.com